

VICENTE, Décio Soares. “A origem – o que virá depois da ‘economia verde’?”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 14, n. 40, pp. 158-186, abril de 2015. ISSN 1676-8965

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

A origem - o que virá depois da “economia verde”?

Décio Soares Vicente

Recebido: 20.07.2014
Aprovado: 30.09.2014

Resumo: Este texto visa analisar as ideias de uma nova arquitetura econômica, que concilia ética, sociedade e natureza, proposta apresentada no livro *Muito Além da Economia Verde*, de Ricardo Abramovay. A Rio+20 terminou com resultados não muito satisfatórios para aqueles que creem num mundo melhor. A sensação com as conclusões do evento podem ser comparadas como a de estar dentro de um labirinto, um lugar onde os caminhos nos levam sempre para um beco sem saída, perdidos sem ter noção para onde ir, uma armadilha enlouquecedora. Mas as esperanças de viver um sonho impossível ainda não acabaram, e na tentativa de encontrar respostas para um amanhã possível, nossa missão é contribuir para o debate com a análise das possibilidades de saídas desse labirinto. **Palavras-chave:** mercados, economia verde, prêmio nobel, sustentabilidade, loucura

Introdução

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNU-DS) teve como principal objetivo discutir ideias e compromissos políticos em torno da construção de uma “economia verde”. Apesar de que, mesmo que nós tenhamos a sensação de poucos resultados do evento Rio+20, com certeza o encontro pode ser considerado um marco na história do debate público de propostas de mudanças para melhor combinar a preservação da natureza e da economia. Neste sentido, este artigo é uma primeira iniciativa que visa acompanhar a rede de produção de conhecimento que envolve novas propostas de economias, principalmente realizar interpretações sobre a produção literária em torno do que

vem sendo denominado “desenvolvimento sustentável” e “economia verde”.

Ruptura ou resistência? Ou conforme uma visão *Shakespeariana*: “Ser ou não ser?”. A possibilidade de pensar novas formas de atividade econômica que rompam com a reprodução dos problemas estruturados da sociedade contemporânea não é tão simples. Volta e meio aparece no debate científico a ideia de que estamos passando por mudanças radicais, e que tais transformações significam uma possibilidade de ruptura com o passado. Alguns até ousam em dizer que um novo paradigma emerge. De fato, temos que admitir o esgotamento do paradigma moderno, mas agora afirmar a emergência de um novo paradigma no discurso do “desenvolvimento sustentável” acaba causando um pouco de estranheza.

Contudo, a iniciativa de ressignificação do sentido do desenvolvimento pode ser um começo, que exige além da racionalidade, também exige crença e imaginação. A ideia aqui é tentar esclarecer o debate em torno do tipo de mentalidade que localiza problemas e volta seus esforços para corrigi-los. Isto é, aquilo que venho denominando como *pensamento sustentável*. Pois bem, este artigo parte da análise do *Muito Além da Economia Verde*, do filósofo Ricardo Abramovay, lançado pela editora Abril dentro da coleção “Planeta Sustentável”, publicação que oferece uma proposta, uma nova arquitetura, para economia. O livro foi lançado na Rio+20, com a colaboração da *Fundación Avina*.

O Labirinto do Minotauro e o Anti-herói

Desvendar os segredos da mente humana foi o caminho que os primeiros filósofos fizeram para tentar esclarecer suas dúvidas existenciais, e a partir daí não se parou mais de explorar o pensamento. Não é por acaso que o cérebro lembra muito a arquitetura de um labirinto, em que os diversos caminhos lembram redes de conexões neurais, passagens confusas entre a mente e a alma.

A metáfora do cérebro como um labirinto é por onde podemos começar a falar sobre os desafios à lógica. Não é por acaso que a literatura de ficção também fez referência ao labirinto para se referir aos mistérios do pensamento humano. Na mitologia grega temos a lenda do *Labirinto do Minotauro*, história que narra a aventura do herói Teseu, um jovem de Atenas que matou o monstro que possui cabeça de touro e corpo de homem, um híbrido. O minotauro era a criatura que simbolizava a avareza e o castigo dos deuses pela traição do rei Minos, ao negar o ritual de sacrifício de um animal em nome do deus Poseidon, como promessa ao direito de governar o trono da ilha de Creta. Para solucionar o problema da existência do monstro, o rei Minos procurou o conselho dos oráculos, que o sugeriram a construção de uma pri-

são para ser a nova morada da criatura. O genial súdito Dédalo, o melhor arquiteto e engenheiro, foi chamado para construir um gigantesco labirinto para ser a prisão do filho bestial do rei. Depois de construído, o rei passou a usar o minotauro e o labirinto como armas contra os seus inimigos, e a ilha de Creta tinha um tirano no poder. O rei Minos passou a ser o diabo na terra, o minotauro o seu demônio e o labirinto o inferno (FRANCHINI e SEGANFREDO, 2007). O bom mito revela muitos enigmas do pensamento humano, da condição existencial e também da natureza. Os personagens fictícios refletem as relações de hierarquia e poder, ou seja, o universo dos deuses é transferido para o mundo dos homens com o objetivo autopromoção de alguns membros da sociedade. A tensão entre Atenienses e Cretenses era muito grande na época de Bronze. O minotauro era o inimigo que Teseu¹ tinha que vencer para libertar Atenas da tirania de Creta. Mesmo o mito não correspondendo com a realidade concreta, mas não deve ser visto como algo ingênuo. O mito era um recurso simbólico contra os inimigos, um recurso de poder em nome de uma suposta autoridade superior.

Para Lévi-Strauss (1970), os mitos revelam mais sobre os seres humanos do que mera descrição da flora e da fauna em fábulas. Os mitos contêm a passagem da natureza para a cultura. Isto é, Os mitos tratam da aquisição da cultura, a sua perda e a regressão à natureza. Os mitos também são usados para organizar a sociedade e são formas de linguagens, que fazem a comunicação com os seres sobrenaturais, mas, inconscientemente, nada mais é do que, uma forma de taxonomia das comunidades tradicionais para dar ordem à vida.

O mito é o rito colocado em ação, com linguagem de duplo sentido, de mistério e de sacrifício, que demarca um tipo de

¹ Teseu está em pé de igualdade diante do monstro Minotauro porque é um semideus, filho de Poseidon, e pode ser considerado um messias, pois estava predestinado a acabar com a tirania do rei Minos.

comportamento exemplar e tenta explicá-lo. Portanto, a moral da história do mito do minotauro não revela somente os tabus de uma época, as angústias, o lado emocional do espírito humano, a ordem social e o poder político, mas também revela a razão como um valor, que os gregos tanto se orgulhavam. O herói de Atenas, Teseu, usou de um método simples e lógico para não ficar preso pela eternidade no labirinto, o novelo de fio transado.

Para Latour (2001), o mito grego que fala sobre o labirinto revela a herança deixada para a modernidade:

Dédalo encarna o tipo de inteligência que Odisseu (chamado na *Iliada* de *polymetis*, isto é, "fértil em artimanhas") ilustra a perfeição (Détienne e Vernant, 1974). Quando penetramos na esfera dos engenheiros e artifices, nenhuma ação não-mediada é possível. Um *daedalion*, palavra grega empregada para descrever o labirinto, é uma coisa curva, avessa a linha reta, engenhosa mas falsa, bonita mas forçada (Frontisi-Ducroux, 1975). Dédalo é um inventor de contrafações: estátuas que parecem vivas, robôs-soldados que patrulham Creta, uma antiga versão de engenharia genética que permite ao touro de Poseidon emprenhar Pasifaé, que parirá o Minotauro. Para este ele construirá o labirinto - de onde, graças a outro conjunto de máquinas, conseguirá escapar, perdendo o filho Ícaro em caminho. Desdenhado, indispensável, criminoso, sempre em guerra com os três reis que se tornam poderosos graças a seus artificios, Dédalo é o melhor epônimo para a técnica - e o conceito de *daedalion* é a melhor ferramenta para penetrarmos a evolução daquilo que venho chamando de coletivo... (LATOUR, 2001, p. 201).

O trecho citado acima é uma forma de ilustrar a crítica epistemológica que Bruno Latour desenvolve sobre as "linhas retas da filosofia", que tentam solucionar os mistérios que nos rondam. Em outras palavras, a razão grega tenta traçar um único caminho para a verdade, o que pode ser interpretado como loucura, já que a realidade é tão sinuosa quanto um labirin-

to. Neste lugar cheio de caminhos, a aritmética também pode nos levar cada vez mais para o obscurecimento. O romântico "fio condutor de Ariadne" parte do pressuposto que a capacidade psicológica dos seres humanos esteja fixada para sempre, o que é um equívoco. Para Latour (2001), toda investigação científica pode ficar inviabilizada se partirmos de uma única convicção. A realidade é complexa e mutável, o que impossibilita estabelecer conceitos fixos. Portanto, a metáfora do labirinto parece ser a mais adequada epistemologicamente porque nela podemos especular sobre as multiplicidades de fatos que estão ocultos e que deveremos investigar. A investigação científica deve-se permitir fazer desvios compreensivos e interpretativos para se chegar as múltiplas "caixas pretas", o que coloca a objetividade como mais uma forma de subjetividade.

A literatura de ficção muito abordou o limite entre a ciência e a loucura em histórias dramáticas. Narrativas que alertam para os perigos que a própria ciência pode criar, como por exemplo, o médico e o monstro. No livro *O Alienista* (1994), escrito por Machado de Assis, conta a história do personagem Dr. Simão Bacamarte, médico psiquiatra, que confiante no seu método "científico", acabou internando quase toda a população de uma cidade no manicômio, a Casa Verde. Os métodos de Dr. Bacamarte definiam a loucura como "desvios de comportamentos", que não se enquadravam no que era definido como normalidade. Quando não restavam mais ninguém na cidade para internar, Dr. Bacamarte começou a suspeitar de suas teorias, pois como pode ser possível definir a loucura se ninguém possui caráter totalmente perfeito. Na verdade, a moral da história nos diz que a ciência e seu adeptos estão destinados a perambular entre a constante dúvida e talvez a possibilidade de certeza.

Lévi-Strauss (1970) aponta para a questão da separação entre pensamento mítico e pensamento científico, que tem a base na falsa fundamentação de que os

povos ditos “primitivos” se guiavam mais pela emoção. Desde o início da filosofia grego-romana até os dias de hoje, em certo sentido, a relação entre mito e ciência suscita controvérsias. O pensamento científico coloca em dúvida a mitologia, e assim cria uma distância ao conhecimento produzido pelo pensamento mítico. Essa relação de distância afirma certo tipo de predileção ao produzir conhecimento no campo científico. O pensamento moderno é herdeiro da reflexão abstrata, matemática e geometria, a análise dominou os séculos XII e XVIII, e eram os padrões de linguagem para se chegar à verdade. Conforme Lévi-Strauss, o pensamento científico não está em oposição ao pensamento mítico, pois os povos antigos usavam o universo simbólico de uma forma racional para dar conta dos problemas que existiam em sua época. Tais linguagens seguem certas leis de estruturação. Os povos mais antigos também tinham interesse intelectual, como os filósofos gregos e romanos e os atuais cientistas. Neste sentido, não existe essa superioridade entre um conhecimento e outro, mas que são diferentes em muitos aspectos. Lévi-Strauss aproxima novamente mito e ciência para dizer que o conhecimento produzido pelos dois tipos de pensamento, entre as experiências sensíveis e as ideias abstratas, é uma única ordem, a simbólica.

O problema que se colocou entre o pensamento mítico e o pensamento científico são os mesmos das linguagens das artes gráficas, pintura, música, teatro e literatura. Lévi-Strauss cita o exemplo do surgimento das primeiras novelas no período da Renascença, que começaram a aparecer em forma de histórias ainda elaboradas segundo o modelo da mitologia. Um bom exemplo que explora essas dimensões do pensamento é o trabalho do escritor Miguel de Cervantes, na obra *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* (1605 e 1615). É provável que Cervantes tenha lido o mito do minotauro, pois ele em sua maior obra questiona a escolha da razão como meio para se construir uma sociedade justa. O labirinto do minotauro é

a representação dos valores da sociedade grega. Valores que irão influenciar a filosofia e a modernidade. A razão como um valor para os gregos era tratada como uma força poderosa e capaz de se sobrepor a qualquer crença.

Neste sentido, nós podemos supor dois motivos que levaram Cervantes escrever a primeira versão de Dom Quixote. Ele tinha o sonho de mudar completamente a forma tradicional de produção literária, que se baseada no modelo mitológico, e, ao mesmo tempo, produzir algo que tivesse conexão com a realidade. A genialidade deste autor foi realizar um diálogo com a tradição literária de ficção ao mesmo tempo com a geração de intelectuais que estavam impulsionando a modernidade. No prólogo do primeiro volume, Cervantes afirma que seu trabalho é uma investida contra os livros de cavalaria. Os livros de cavalaria narravam histórias iguais e mitológicas. Os elementos dessas narrativas eram sempre os mesmos, como batalhas de exércitos entre o mundo mágico e o real. A feitiçaria, a traição e a justiça eram o enredo principal. Os personagens eram sempre reis, cavaleiros andantes, magos, donzelas em perigo, monstros tenebrosos, etc. Os principais protagonistas eram os heróis, puros de espíritos e dotados de uma força extraordinário e divina, poderes sobre humanos, e que lutavam contra dragões, gigantes, ladrões, traidores, déspotas, tiranos e toda a forma de opressores em nome do juramento feito ao código de honra e pelo amor. Geralmente nas histórias de cavalaria, o herói tinha uma missão impossível, como as histórias dos Cavaleiros da Távola Redonda que buscavam o Santo Graal. Na minha interpretação, eu creio que Cervantes estava tomando uma atitude paradoxal, um tipo de *pensamento delirante*. Ele vai opor-se a essa literatura que perde o seu caráter criativo e que é usada recorrentemente pela os grupos poderosos como forma de dominação da consciência do povo. Ao mesmo tempo, Cervantes tinha o desejo que a arte não ficasse na mera ficção, que fosse possível retratar a realidade,

mas que não perdesse a fantasia, pois se preocupava com a influência da herança iluminista e no poder da razão em determinar a vida, uma vida sem sonhos.

Com certeza Cervantes conhecia o *mito do labirinto do minotauro*, pois era a lenda que narrava a sobreposição da razão sobre a emoção, do civilizado e do bestial². Então, ele buscou uma nova literatura que combinasse imaginação e vida cotidiana, ao mesmo tempo filosofia e romance, e que reflita a condição humana. Uma paródia dos livros de cavalaria e ao mesmo tempo uma obra crítica política, e que não coloca a emoção como vilã. Provavelmente para Cervantes, o ato de entrar num labirinto com um monstro não significava uma ação heroica, mais sim uma loucura. Mas que tipo de loucura é essa? Não se trata da loucura patológica, doença. A Renascença foi um período de mudanças e contradições, momento em que muitos autores falaram sobre a loucura, como, por exemplo, Erasmo de Rotterdam, que publicou o livro *Elogio da Loucura* em 1511. Para Rotterdam (1990), o pensamento nunca poderia ter evoluído se não fosse a loucura, foi por ela que conseguimos analisar os aspectos da moral e da hipocrisia que existia na idade média. Rotterdam trata a loucura como uma deusa que estimula a ação humana, ou

seja, é ela a verdadeira força motriz da história. A loucura é o elemento indispensável para a sobrevivência dos homens. Ao elogiar a loucura, o autor quer mostrar o quão maluco são os homens e o quão presente ela está na vida em sociedade. A loucura pode ser classificada de duas formas: a primeira é a loucura sã, ou seja, a loucura inteligente e perspicaz e a segunda é a mera loucura, a ingênua, a mentira, que proporciona um saber enganoso. Na verdade Rotterdam defende a tese de que os humanos são seres ambíguos que vivem sempre numa condição ambulante entre a fronteira da sanidade e alienação. A loucura é a faca de dois gumes, para o bem ou para o mal. O conhecimento é útil e de extrema importância e que pode ter fins de dominação, a loucura dos pensamentos enganosos, a “prisão sem muros”. A igreja tinha feito isso. Mas a loucura também possui a capacidade de inverte o sentido do mito, o que faz os indivíduos perceberem sua condição, a estrutura do mundo em que vive, melhorando aspectos psicológicos e vivenciais tanto consigo mesmo quanto para o próximo.

O personagem Dom Quixote é o herói e ao mesmo tempo o anti-herói, um paradoxo, este foi o meio pelo qual Cervantes poderia falar sobre a loucura. O primeiro volume de Dom Quixote é o início da história que narra às aventuras de um senhor de origem fidalga, com 50 anos de idade (considerado um velho naquela época), fraco, arruinado, faminto, maltrapilho e derrotado, uma *triste figura*, mas ao mesmo tempo cômico, porque era atrapalhado. Com certeza ele nunca iria participar dos Jogos Olímpicos de Atenas. O personagem Alonso Quijano representa uma pessoa com qualquer outra, uma pessoa real, mas que deseja viver o sonho de ser um cavaleiro, igual às histórias do rei Arthur em *Camelot*. Contudo, o ato deste senhor era visto pela sociedade como loucura, até porque não existiam mais as grandes cruzadas. Alonso Quijano abandona uma vida pacata e sai pelo mundo como Dom Quixote em busca de aventuras, com

² Rezende e Coelho (2010), ao trabalhar o tema a *antropologia das emoções*, acabam identificando na grande maioria abordagens teóricas que tratam da razão e da emoção como entidades separadas. Ou no melhor dos casos, como ocorre na perspectiva etnopsicológica, a emoção é uma dimensão do corpo, da natureza, enquanto que a razão é uma instância própria da mente, da alma, do espírito. As emoções fazem parte da unidade biológica conectada à unidade psíquica. Já a razão é uma capacidade de desenvolvimento que depende de vários fatores externos à pessoa, e variável em relação ao social e a cultura. Para Rezende e Coelho essas visões, e entre outras, estariam de certa forma equivocadas, pois a relação entre razão e emoção também é construída socialmente. Não se trata mais classificar as emoções como pertencentes ao universo da irracionalidade, do selvagem, da natureza, e assim afirmar um tipo de preconceito sem sentido. Não é isso, mas sim de reconhecer que a razão e emoção podem estar juntas e serem frutos de uma construção social.

seu leal escudeiro e amigo Sancho Pança. A obra se transforma na primeira novela moderna, e o sucesso foi bombástico, tanto que despertou o interesse de outros autores em escrever sobre os personagens principais. Aproximadamente dez anos depois do primeiro volume de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* surge uma obra apócrifa, publicada por um autor desconhecido que usava um pseudônimo. Não se tratava de plágio, era uma apropriação indevida, uma versão da história que degradava o trabalho de Cervantes. Um tipo de injustiça intelectual. Cervantes percebeu que o falsificador de Dom Quixote queria sabotar sua maior obra. Nesta versão de 1614, a falsa continuação da história de Dom Quixote e Sancho Pança distorcia a personalidade dos personagens. O Quixote falso terminava em um hospício e seu amigo leal acaba como um bêbado na sarjeta (CANAVAGGIO, 2005). É impossível descrever o quanto Cervantes ficou doído quando descobriu a conclusão falsa da sua história. Mas é possível perceber sua indignação através do prólogo do segundo volume da história do *Cavaleiro da Triste Figura* e o seu fiel escudeiro em resposta a obra apócrifa:

VALHA-ME DEUS, com quanta vontade deves estar esperando agora, leitor ilustre, ou plebeu, este prólogo, julgando achar nele vinganças, pugnas e vitupérios contra o autor do segundo D. Quixote; quero dizer, contra aquele que dizem que se gerou em Tordesilhas e nasceu em Tarragona. Pois em verdade te digo que te não hei-de dar esse contentamento, que, ainda que os agravos despertam a cólera nos mais humildes peitos, no meu há-de ter exceção esta regra. Quererias que eu lhe chamasse asno, atrevido e mentecapto; mas tal me não passa pelo pensamento... (CERVANTES, Vol. 2, 2005, p.9)

Em 1615, Cervantes publica o segundo volume de *Dom Quixote de La Mancha*, com a citação no prólogo sobre a falsa obra. De fato, a continuação original das histórias de Dom Quixote supera a falsa narrativa. O segundo volume da obra

de Cervantes é considerada o clímax principal de toda história, é a melhor parte, o final épico, a morte de Dom Quixote. É o momento que os sonhos do *Cavaleiro da Triste Figura* e o seu fiel escudeiro começam a se tornar realidade, ou melhor, os pesadelos. Cervantes vai tentar solucionar a relação entre real e imaginário que de alguma forma está presente na condição e no destino humano, o *labirinto de espelhos* onde nós nos encontramos.

Cervantes inclui o personagem Sansão Carrasco, que simboliza o realista, que não aceita que alguém viva pela imaginação. Para restabelecer a sanidade de Alonso Quijano, Sansão Carrasco adota a estratégia de entrar na paranoia de Dom Quixote. A partir disso, Sansão Carrasco assume a identidade do *Cavaleiro da Branca Lua* e desafia Dom Quixote para um duelo, em nome da honra de Dulcinéia (o amor platônico). Dom Quixote perde a batalha, e Sansão Carrasco não cura o maluco, mas realiza uma loucura, o assassinato do espírito, que implica na morte do corpo. Dom Quixote perde seu sonho, o que o faz voltar a ser Alonso Quijano, isto é, ele recupera seu “juízo”. Logo, ele também adoece e perde a vida corporal. Cervantes passa a mensagem de que destruir os sonhos dos outros é uma forma de violência (CERVANTES, Vol. 2, 2005). No entendimento de Cervantes, o surgimento da modernidade deveria ser a morte dos sonhos. A razão também é violenta, como um monstro, e a moral da história é a esperança de libertação do pensamento, quando o leitor percebe que a vida é o *labirinto de espelhos*.

A literatura de ficção é um tipo de arte que reflete as emoções, o que pode nos ajudar a iluminar o entendimento dos projetos políticos e econômicos que estão surgindo e que tem base na reflexão racional. A ideia da metáfora do labirinto nos auxilia de forma epistêmica na compreensão das novas arquiteturas econômicas, o esforço do *pensamento moderno* na transição de um *pensamento sustentável*. Uma loucura

que se encontra na margem das fronteiras das linguagens.

Avellaneda

A primeira impressão de estranhamento que sentimos ao ler o livro é o título: *Muito Além da Economia Verde*, que provoca questionamentos do tipo: por que devemos assumir uma nova proposta econômica para além da “economia verde”? Segundo Abramovay, o relatório *Green Economy* (2011), das Nações Unidas, e outros organismos internacionais chegaram à conclusão que a proposta de “economia verde” não se sustentava, e que foi isto um dos pretextos que o fez escrever uma nova proposta econômica. Porém, eu não creio que tenha sido isso o principal motivo.

A estrutura do texto *Muito Além da Economia Verde* é formada por quatro grandes capítulos: 1) *Pobreza de quê?*; 2) *O mito do imaterial: economia verde não é o mesmo que crescimento verde*; 3) *O sapo e o escorpião: é possível um capitalismo capaz de levar o mundo em conta? e*; 4) *A economia da informação em rede amplia a cooperação social*. Os temas são os mais diversos, mas ao analisar mais atentamente a publicação, pude perceber que dentro do trabalho de existe um *pano de fundo* não revelado. O pano de fundo é a dissertação, *Mercados Verdes: etnografia do pensamento sustentável*³, e é com este trabalho que Abramovay faz um diálogo. E para melhor visualização do debate entre as partes, o quadro abaixo aborda de forma sucinta a estrutura dos trabalhos:

Mercados Verdes (2011)	Muito Além da Economia Verde (2012)
------------------------	-------------------------------------

A relação entre natureza e cultura; entre sociedade e economia;	A relação entre natureza e sociedade; entre ética e economia;
A defesa do argumento de que a economia também possui a dimensão emocional do comportamento humano;	Abramovay cita a área da psicologia econômica, que determinam o consumo, mas que ele não aprofunda o tema.
O uso do método da literatura de ficção para melhor compreensão epistêmica do pensamento sustentável;	O uso da mitologia (a fábula do Sapo e do Escorpião e os mitos da Pedra filosofal e da Caixa de Pandora) como forma de explicação das justificativas para um projeto político;
A dimensão moral em processos de sociabilidade;	A dimensão ética como proposta política advinda da teoria de Amartya Sen;
A compreensão da dimensão do controle social na economia;	A justificativa com base na corrente de pensamento liberal, para defesa de um projeto econômico descentralizado do Estado;
A dimensão simbólica da economia;	A construção da economia a partir da interação social, o que Abramovay chama de dimensão concreta;
O pensamento sustentável é um tipo de ideologia, que revela o desejo de viver o sonho de utopia.	A tentativa de justificação do seu projeto político e econômico ao citar os laureados pelo Prêmio Nobel.

Não dá para acreditar e simples coincidências quando comparamos os dois trabalhos. Ao perceber a semelhança, senti a necessidade de escrever este artigo como direito de resposta. O quadro acima é apenas um resumo breve dos conteúdos abordados pelos dois trabalhos e que possibilitam fazer algumas análises bem mais importantes. Podemos afirmar que existe um grande esforço de justificação no livro de Abramovay, que está diretamente relacionada a dissertação *Mercados Verdes* (2011). Devemos entender que o trabalho *Mercados Verdes* (2011) tem o objetivo de *mostrar o fato como ele é*, numa dimensão da produção científica. Já o livro *Muito Além da Economia Verde* (2012) defende uma posição ideológica, ou seja, *orientação de como o fato deveria ser*. E isto não tem problema nenhum, a sociedade está cheia de ideólogos e sua capacidade de persua-

³ VICENTE, Décio Soares. *Mercados Verdes: etnografia do pensamento sustentável*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. (Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/6/TDE-2011-06-07T140134Z-3301/Publico/431824.pdf>).

são depende de seus talentos. Isso nos faz lembrar o personagem criado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche, no livro: *Assim falou Zaratustra* (1885). O louco Zaratustra que levou milhões de seguidores a adotar um culto de adoração do fogo ritual. A ideologia possui este desejo de querer viver um sonho coletivo, na tentativa de persuadir a grande maioria das pessoas seguirem o nosso próprio ideal. Parece que Abramovay não é muito diferente que Zaratustra, pois ele faz o esforço de nos convencer por várias linhas de pensamento que seu projeto político econômico é o caminho. Baseado no tripé: ética econômica, sociedade da cooperação e a natureza usada de forma racional, o que Abramovay denomina como *o paradigma do cuidado* (de origem nas ideias de Leonardo Boff e Bernardo Toro), o que não é muito diferente do tripé da sustentabilidade do *Relatório de Brundtland* (1987): “socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto”, mas utiliza outra linha de argumentos justificativos para definir uma nova arquitetura econômica. Pois bem, agora devemos saber se o projeto de Abramovay é possível ou é uma quimera (ilusão), apenas um ideal abstrato, já que existe uma linha tênue de argumentação no livro entre aquilo que é desejável e aquilo que é possível.

Abramovay vai defender a emergência de uma nova economia baseada na construção de um tipo de *metabolismo social*. A orientação é que devemos trabalhar para construir um tipo de sociedade organizada que seja capaz de reproduzir as comunidades humanas, diminuindo a desigualdade, que o crescimento econômico deixe de ser parâmetro de riqueza e produção para o consumo, que não destrua os serviços ecossistêmicos, que reconheça os limites da natureza e que, além disso, regere os ambientes já degradados:

A discussão mais difícil para a emergência de uma nova economia é que esse desafio tem de ser encarado não pelo monopólio estatal sobre as decisões empresariais nem pela abolição dos merca-

dos, mas, ao contrário, no âmbito de uma economia descentralizada na qual os mercados desempenham papel decisivo, ainda que, evidentemente, não exclusivo (ABRAMOVAY, p. 22, 2012).

A ideia de *metabolismo social* é a proposta de um projeto político e econômico. Nesse projeto, Abramovay apresenta várias justificativas sobre o desejo de reafirmação de uma economia descentralizada, em outras palavras, uma economia liberal, mas que não se estruture a partir de oposições entre Estado, sociedade e mercado. A sugestão é construir uma nova organização societária que seja capaz de assumir espaços de governança e que ofereça oportunidades às necessidades básicas dos seres humanos. O *metabolismo social* tem que ser capaz de promover uma nova economia com base num *metabolismo industrial*, que reduza o uso de carbono (o esforço de descolar o crescimento econômico do uso de matéria e energia). A adoção de uma nova administração dos recursos naturais transformaria a relação entre sociedade e natureza: (...) *O ponto de partida para a construção de uma relação entre sociedade e natureza no qual inovação, ética e limites dirijam a gestão dos recursos é que, apesar da importância das energias renováveis, não existe graal energético* (ABRAMOVAY, 2012, p. 98).

A ideia de *metabolismo social* como força transformadora parece mais como uma iniciativa de resistência do projeto moderno e do modelo de economia liberal. A própria palavra transformação (ruptura radical) não seria a mais adequada para tentar compreender as ideias de Abramovay, acho que é mais cabível falar em *mutação*. A ex-Senadora Marina Silva em um de seus discursos bem citou a palavra *mutação*, e que parece ser o mais apropriado para entender o *pensamento sustentável*. Pois bem, em nossa interpretação, o sentido de *mutação* é aquele que significa *mudar para não transformar*. Também podemos falar em *metamorfose*, ou seja, algumas alterações significativas na estrutura do organismo, todavia sem adular a es-

sência. Boa parte do que venho denominando como *pensamento sustentável* é este movimento em prol da resistência do projeto de modernidade e da economia de mercado.

Em minhas análises sobre o *pensamento sustentável* cheguei a seguinte conclusão. A natureza é reintegrada a economia, a partir de valores que vão muito além da preservação e conservação, e o meio físico natural sofre novas formas de intervenção técnico-científicas. Já o social é aquele que deve ser adequado por novos sistemas simbólicos interatuantes e interconectados, como selos, relatórios, “consumo consciente”, educação ambiental, etc. A adequação do social serve para controlar os mercados. O resultado da forma como são tratadas a natureza e o social acabam gerando condições estáveis para a economia se reproduzir, porque permitem a continuidade de relações de troca. O capitalismo não sofre rupturas (transformações na sua essência) e não há contestação da continuidade de mercados como os financeiros. Neste sentido, não creio que o esforço do *metabolismo social* seja transformador, ou seja, o projeto pouco alteraria a direção do progresso e tão pouco mudaria as instituições modernas.

Além disso, o projeto de Abramovay defende a combinação entre concorrência e cooperação como formas voluntárias de relações econômicas, que misturam interesse individual e coletivo na construção de sistemas de *planejamentos*, uma nova forma de proporcionar novas estruturas comunicacionais descentralizadas do Estado. A aposta aqui é na sociedade da informação em rede, de acesso à *internet*. A ideia é que as plataformas de compartilhamento social, como *Facebook*⁴, *Twitter*,

Google+, *YouTube*, etc. como meios do mundo privado sejam usados para fins públicos. A partir dos meios técnicos como computadores e dispositivos móveis, como *smartphones e tablets*, conectados ao *ciberespaço*, possam gerar soluções que não necessariamente precisam chegar à instância do Estado. A conexão com a *internet* facilita a construção do *planejamento* colaborativo, baseado em competição com cooperação. Essa nova engenharia possui dois aspectos principais:

1. *Sistemas colaborativos de inovação* – através das *redes sociais on-line* é possível criar um ambiente de cooperação que geram conhecimento e inovação, riquezas que podem ser compartilhadas através da comunicação informacional, por exemplo, *Crowdsourcing*, uma forma de compartilhar ideias e conteúdos, ao mesmo tempo que são colocadas para a crítica, é o caso do *Wikipédia*. Outro exemplo é o financiamento coletivo - *crowdfunding* – também conhecido como “*vaguinha on-line*”, um novo meio para receber doações de filantropia, patrocínio, investimentos e empréstimos daqueles que acreditam na *causa*;

estariam sendo expostos a conteúdo negativos ou positivos nos *feeds* (notícias atualizados frequentemente) para estimular suas reações. O resultado do teste informaria como determinados conteúdos afetam o comportamento do sujeito, o que implicaria em estados emocionais que podem ser transferidos para outras pessoas. A grande polêmica é que os testes são realizados sem consentimentos dos usuários, o que revela a falta de ética e atos ilegais do *Facebook* (Fonte: <http://www.publico.pt/tecnologia/noticia/o-facebook-manipula-o-nosso-feed-e-se-fizer-o-mesmo-conosco-1661119>. Acessado dia 28/08/2014).

⁴ De acordo com a matéria “O *Facebook* manipula o nosso *feed*. E se fizer o mesmo conosco?”, publicada pelo jornalista Hugo Torres no dia 30 de Junho de 2014, a maior rede social da internet realiza testes de manipulação psicológica em seus usuários. Segundo o jornalista, os estudos comportamentais na rede social tentam revelar a existência da hipótese do “contágio emocional”, isto é, os usuários

2. *Sistemas colaborativos de participação cidadã* – o planejamento colaborativo possa ajudar nas decisões e na criação de políticas públicas, com demandas e soluções. Além disso, a conexão com a *internet* possibilita a participação do cidadão, em tempo real, nas decisões do Estado e no controle das atividades públicas.

Pois bem, vamos analisar os dois aspectos do projeto político e econômico de Abramovay. Na primeira ideia existem muitas controvérsias sobre esta nova arquitetura, pois, ao contrário do que acredita Abramovay, nem sempre a competição aliada à cooperação gera inovação e criatividade. Fligstein (s.d) defende que os participantes do mercado tentam encontrar soluções sociais para a atividade de concorrência. Isto é, as empresas irão criar hierarquias de *status* que assegurem formas não-competitivas de concorrência, o que o autor caracteriza como a ação política. As empresas estabelecidas irão defender seu *status* contra possíveis ameaças, o que pode ser novas empresas ou a inclusão de inovações no mercado. Fligstein aponta para o argumento que os processos internos ao mercado refletem dois tipos de projetos políticos: lutas de poder no interior das empresas e entre as empresas, que visam o controle do mercado. E nestes casos não estamos falando de formação de monopólios, oligopólios, trustes, cartéis e *holdings*, além de outras formas de assimetria de poder em corporações. Os próprios agentes econômicos que atuam em determinados mercados sentem-se sim ameaçados com a inovação, seja ela de qualquer tipo, pelo simples motivo de que o novo pode levar mudanças muito radicais na estrutura organizativa das relações econômicas, no intercâmbio de riquezas, e colocando *em cheque* a existência de muitas empresas. Os agentes econômicos estabelecidos num determinado mercado, ao se sentirem ameaçados, podem reagir aos impactos das

inovações a partir de algumas estratégias, como, por exemplo, criar meios de monitoramento do conhecimento novo, ou até concentrar esforços para boicotar a inovação concorrente. Um exemplo que podemos citar de esforços anti-inovação é do trabalho de Callon, Law e Rip (1986), dentro da abordagem teórico-metodológico denominado como Ator-Rede. Os pesquisadores mostram como as lutas de poder de interesses econômicos podem acionar esforços no sentido de tomadas de ações para atenuar possíveis efeitos de instabilidade de um determinado mercado. Os agentes do mercado podem ser capazes de criarem mecanismos desconstrução do avanço de uma inovação, por exemplo, a montadora de veículos Renault mobilizou a criação de uma rede sócio-técnica de agentes colaborativos para contrapor a iniciativa da fabricação do carro elétrico denominado como VEL. Na década de 70, a Empresa Estatal Francesa (EDF) tinha o projeto de fabricar o veículo elétrico e para isto mobilizou diferentes atores para cooperarem com o projeto do VEL. Dentre os diferentes atores, a Renault teria uma parcela de participação ao ficar responsável pela fabricação do chassi e outras peças do automóvel elétrico. Porém, a empresa percebeu que seus interesses comerciais seriam afetados com a criação desta nova tecnologia de transporte movido à bateria elétrica.

Ao longo da história do automóvel, os veículos automotores adquiriram outros significados. O sentido do carro não está mais associado exclusivamente à ideia de racionalidade e o uso útil, agora o automóvel passa ter uma imagem relacionada com liberdade de se locomover como bem entender, emoção, potência, estética, status, estilo de vida⁵ e possibilidade para o

⁵ Abramovay sugere como solução para os problemas da mobilidade urbana e o uso do automóvel particular a ideia da “carona legal”, porém, se nós pensarmos sob o significado do glamour do automóvel, que não tem nada a ver com o uso útil, com certeza não resolve o problema do trânsito, pois a ideia não garante que todas as pessoas proprietárias de carros estejam sempre dispostas a serem moto-

sexo. Portanto, o veículo elétrico não teria o mesmo glamour do automóvel, pois seria o resultado racional que combinaria eficiência energética, o que implica em perda de potência e peso (redução do tamanho), e voltado principalmente como transporte para deslocamento a distâncias razoáveis, principalmente em perímetros urbanos onde a velocidade em média é de 40km/h. Um veículo com tais características possibilitaria às classes populares sua aquisição. Essa ideia não agradou a “gigante” Renault, que ficaria numa posição de montadora em parceria com o Governo Francês, ou seja, perderia uma boa fatia do mercado, já que o produto desenvolvido não seria de sua exclusividade, além disso, o VEL se tornaria um concorrente direto para seus modelos de automóveis a combustão. O projeto do VEL afetaria diretamente a manutenção e a estabilidade da empresa Renault. Percebendo um futuro instável, a empresa em contrapartida também mobilizou uma rede sócio-técnica que inviabilizasse inovação VEL, como uma forma de resistência (CALLON, LAW e RIP, 1986). Portanto, a combinação de competição e cooperação pode trazer resultados muito relativos.

A afirmação de que a nova economia é sinônima de uma sociedade em rede é outro problema no projeto político econômico de Abramovay. No trabalho *A Cultura do Novo Capitalismo* (2006), Richard Sennett apresentou o resultados de suas pesquisas nos Estados Unidos, reali-

zadas nas décadas de 60, 70 e 80, que avaliavam as mudanças da cultura do capitalismo. Naqueles períodos entre décadas, o capitalismo passava por metamorfoses, principalmente impulsionado pelo campo das finanças, da nova dinâmica da tecnologia de comunicação, da informatização, da automação, da produção e da manufatura. As inovações tecnológicas no campo da comunicação e da informatização fizeram com que o capital especulativo das bolsas de valores ficasse mais impaciente na obtenção do lucro. Os investidores dotados desse novo poder tecnológico queriam resultados a curto prazo.

A década de 60 trouxe também alterações na cultura, que agora possuía as aspirações de uma consciência libertária e individualista. A partir disso tudo, o novo capitalismo vai se estruturar para a flexibilidade do trabalho, diminuição da dependência da empresa, perda significativa do sentido do controle exercido por sindicatos e desregulamentação das garantias sociais conquistadas no Estado, como o direito previdenciário. A tecnologia também fez com que a antiga organização do trabalho mudasse, a produção passou adotar a automação e foi possível dismantelar as antigas estruturas piramidais. A organização hierárquica foi substituída pela matricial, rede social, já que não era mais admitida a centralização do poder. A flexibilidade do trabalho levou a fragmentação dos empregos. O trabalho remunerado passou a ser de curto prazo, e sua base estava apoiada numa nova forma de contratação desenvolvida pelos recursos humanos, a participação em projetos. Ao aderir a um projeto, o trabalhador acreditava que teria mais tempo para outras atividades de seu interesse próprio, era a substituição do trabalho linear. Este novo tipo de ocupação, segundo Sennett (2006), acabou estimulando cada vez mais a terceirização das atividades produtivas. De certa forma significava o fim do emprego vitalício, aquele que tinha como fundamento o mérito associado ao progresso pela via da promoção de status. O resultado desta nova configuração ocu-

ristas de outras, até por questões de depreciação do bem. Para somar a isto, Abramovay faz uma crítica aos veículos SUV (do inglês *Sport Utility Vehicle*) que significa “veículo utilitário esportivo”. É um tipo de automóvel com características dos veículos de passeio e dos veículos todo o terreno (*off-road*) aliando luxo, conforto, espaço e versatilidade, que também são automóveis particulares que consomem muito combustível (fonte: Veículo SUV. *Enciclopédia Livre Wikipédia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ve%C3%ADculo_utilit%C3%A1rio_esportivo>. Acessado dia 20 de novembro de 2013). A sua crítica *demoniza* a indústria automotiva responsável por produzir um veículo que nada contribui para a diminuição de CO2.

pacional levou a extinção de muitas capacitações e competências profissionais, que geraram um problema com os trabalhadores mais velhos, pois eles passam a serem inutilizados pelas empresas. Os conhecimentos que eram adquiridos em longo prazo representavam bens duráveis e faziam parte da identidade do trabalhador. O trabalhador era um perito com compromisso com sua empresa. Ele desempenhava um trabalho de qualidade, que tinha a capacidade de fazer algo bem feito do começo ao fim, e por isso tinha reconhecimento. Na nova cultura do capitalismo o conteúdo é volátil, as técnicas devem ser revistas em períodos curtos, isso exige do especialista uma dedicação para que aprenda mais, de forma rápida e se possível fazendo outras coisas. A competitividade da mão de obra qualificada se torna alucinante, e tem o nome de “aptidão potencial”. Sennett percebe que este novo projeto de sociedade capitalista gera uma nova reestruturação organizacional que em vez de ser positiva na vida das pessoas, acaba impactando de forma negativa. A nova cultura do capitalismo apresenta um alto grau de incerteza em relação ao futuro. A nova cultura propiciou relações superficiais de trabalho e muita frustração na relação entre empresa, família e indivíduos. O capitalismo promove mais desigualdade, desvaloriza a experiência das relações duradouras, provoca estresse nas pessoas, estimula comportamentos indesejáveis no caráter pessoal e não liberta os indivíduos de fato. O que Sennett registrou foi o enfraquecimento das instituições sociais, fragilidade da lealdade organizacional e diminuição da confiança. A cultura do novo capitalismo se “desmancha no ar”. Existia a crença de que o crescimento econômico levava a estabilidade, mas o resultado foi a preservação de um tipo de distribuição de riqueza, ou seja, a desigualdade.

O impacto de uma economia mais descentralizada e com menos burocracia do que no passado acabou tornando mais precária as relações de trabalho na nova cultura do capitalismo, o que refutava uma tese,

isto é, estava equivocada a acusação que afirmava que a burocracia é ineficiente e o mercado é perfeito:

(...) Num período de cem anos, da década de 1860 à de 1970, as corporações aprenderam a arte da estabilidade, assegurando a longevidade dos negócios e aumentando o número de empregados. Não foi o livre mercado que promoveu essa mudança estabilizadora; o papel mais importante foi desempenhado pela maneira como os negócios passaram a ser internamente organizados. Foram salvos da revolução pela aplicação ao capitalismo de modelos militares de organização. (SENNETT, 2006, p. 27).

(...) Os lucros que os mercados punham em risco, a burocracia tentava reconstituir. A burocracia parecia mais eficiente que os mercados. Esta “busca da ordem”, na expressão do historiador Robert Wiebe, esprou-se dos negócios para o governo e logo também para a sociedade civil. Quando a lição do lucro estratégico foi transferida igualmente para os ideais de eficiência governamental, a posição dos servidores públicos foi elevada, isolando-se cada vez mais as suas práticas burocráticas das oscilações da política. (SENNETT, 2006, p. 28).

A burocratização das organizações apresentou resultados mais eficientes do que o mercado. Neste sentido, o capitalismo do passado, descrito por Max Weber em *Economia e Sociedade*, oferecia bases estáveis, solidariedade e motivações para um trabalhador que desejasse construir uma narrativa pessoal. Já no trabalho *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Weber chama atenção para o processo de racionalização/burocratização que as sociedades assumem e que poderiam acabar oprimindo as liberdades humanas como se fosse uma “jaula de ferro”. Sennett vai criticar esse caráter negativo da burocracia a partir dos argumentos de que o capitalismo social do passado, mesmo apoiado num modelo de organização militar, produziu qualidade de vida, isto é, “(...) Se por um lado é uma prisão, a jaula de ferro também pode, assim, tornar-se um lar psicológico” (SENNETT, 2006, p. 36).

Numa organização hierárquica é possível para o trabalhador programar a sua vida a longo prazo, pois ele possui segurança ao prever e organizar o tempo, assim podendo definir seu destino. A “jaula de ferro” tem uma extensão humana, ela consegue adequar à subjetividade do indivíduo numa lógica que corresponde suas necessidades e, ao mesmo tempo, dá valorização ao potencial do esforço. Isto é, realizações pessoais são capazes de serem alcançadas dentro da organização burocrática, portanto o pressuposto de que sociedades estáveis são economicamente estagnadas é uma mentira. O crescimento da burocracia significa antes de tudo a inclusão. O trabalho de Sennett chama atenção para alguns equívocos em considerar a sociedade da informação em rede uma aposta de fato concreta para uma nova economia.

Já no segundo aspecto da competição e cooperação do projeto político econômico de Abramovay vemos outros problemas. Porém, de fato, todos os sistemas colaborativos de participação cidadã capazes de promover a democracia direta devem ser louvados. A ideia de que uma democracia deve ser construída com o povo deve ser defendida. Entretanto, a crítica que se faz é em relação a arquitetura comunicativa e informacional que se utiliza do *ciberespaço* como um meio para se atingir resultados e soluções políticas. As Redes Sociais privadas como o *Facebook*, *Twitter*, *Google+*, *YouTube*, *Instagram*, etc. serão suficientes para mobilizar mudanças significativas? O mundo assistiu o episódio da chamada *Primavera Árabe*, uma onda de protestos que ocorreu em 2010 no Oriente Médio contra as ditaduras daquela região. As manifestações populares chamaram a atenção e a opinião internacional sobre os impactos das *redes sociais* (conectadas à *internet*) na possibilidade de uma ação revolucionária. O que se observou na *Primavera Árabe* é que as indignações civis só tomaram voz porque houve outras formas de resistência junto com a informação partilhada no *ciberespaço*, como as campanhas, greves, passeatas, comi-

cios e manifestações de grupos de organizações e interessados, tanto dentro dos países quanto fora deles. Muitos dos resultados das manifestações não alcançaram o que desejaram, pois algumas monarquias reagiram às manifestações, por exemplo, o Barein usou da violência contra a população e o governo no Catar aumentou salários no setor público, e assim os protestos foram acalmados (CONNOLLY, 2013).

Abramovay defende um controle do Estado por um viés societário, ligado à rede de computadores, mas não questiona os possíveis problemas da *internet*. Uma das dificuldades do ambiente virtual são as identidades fictícias que as pessoas criam como personagens ou status que podem atrapalhar no resultado das decisões, no caso, participação cidadã. Há também os robôs (não-humanos), inteligência artificial que pode possuir qualquer tipo de linguagem, usada para o bem ou para o mal, dentro de um ambiente competitivo. Não podemos deixar de mencionar também os *hackers*, piratas da informação que podem boicotar grande parte do sistema de comunicação. Os sistemas colaborativos de participação cidadã no *ciberespaço*, aliados com competição podem ter custos muito altos, principalmente em segurança da informação, neste sentido os métodos tradicionais podem ser mais eficientes e mais baratos.

Além disso, a *engenharia política* de hoje já é um processo muito mais complexo. Existe uma discussão para a reforma do Estado defendida principalmente por Eli Diniz (1997), sobre a qualidade da democracia, principalmente com o objetivo de aliar governança e governabilidade, isto é, poder técnico combinado com política, que leve em consideração as instituições como mecanismos que permeiam à sociedade e que possuem a finalidade de realizar os interesses coletivos, dentro de limites constitucionais, e por conferirem ao governo a capacidade de intervir na economia e por submetê-lo ao controle popular. Esta discussão é extremamente importante e sequer

é citada no livro *Muito Além da Economia Verde* (2012).

Em minha opinião, uma discussão sobre a emergência de uma nova economia deve em primeiro lugar fazer uma revisão dos princípios que regem o próprio capitalismo, independentemente se as decisões forem ou não dentro dos mercados, senão continuaremos num labirinto sem achar a saída.

I have dream (“eu tenho um sonho”)

O famoso líder Martin Luther King Jr. ganhou o Nobel⁶ da Paz no ano de 1964 pelo ativismo político dos direitos dos cidadãos afrodescendentes nos Estados Unidos e no mundo. Com certeza Martin Luther King é um exemplo a ser seguido em nome da justiça social.

Desde 1901, a Fundação Nobel já contemplou oitocentos e uma (801) personalidades das áreas como: Física (196 agraciados), Química (166), Fisiologia ou Medicina (204), Literatura (110) e Paz (principalmente para questões políticas, temos hoje 125 pessoas reconhecidos). O prêmio foi criado pelo químico sueco e inventor da dinamite Alfred Nobel com o objetivo de reconhecer o trabalho das pessoas que contribuíram com o conhecimento para melhorar a sociedade. Já o Prêmio Nobel de Economia é uma criação do Banco Central da Suécia, como uma homenagem em Memória de Alfred Nobel, e atualmente já contemplou 74 intelectuais que contribuíram para a economia moderna. No livro de Abramovay é feita a referência aos ganhadores do Nobel:

“(...) Vinte e um cientistas ganhadores de uma espécie de prêmio Nobel do meio ambiente publicaram, no início de 2012, um manifesto que começa com a

⁶ A fonte principal para a coleta de informações sobre os contemplados pelo Prêmio Nobel foi o *website nobelprize*. No site encontramos informações como biografia dos laureados pelo prêmio, as teses vencedoras com suas explicações, as entrevistas e os discursos usados nas cerimônias de entrega do prêmio. Disponível em: <<http://www.nobelprize.org/>>. Acessado em setembro de 2013.

célebre frase de Martin Luther King Jr.: nós temos um sonho” (ABRAMOVAY, 2012).

Abramovay está se referindo aos vinte intelectuais que foram contemplados com Prêmio Nobel⁷ e que assinaram em Maio de 2011 o documento denominado *Memorando de Estocolmo*, ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), que possui diversas metas como: incluir a sustentabilidade ambiental como forma de erradicar a pobreza; aderir aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (aqui a crítica é feita ao mecanismo de medição da economia, o PIB); criação de novos indicadores econômicos; controle das emissões de CO₂ para manter abaixo de 2 graus Celsius o aquecimento global; e promover uma revolução agrícola que seja possível produzir mais alimentos e de forma sustentável.

Porém, Abramovay não cita os contemplados pelo Prêmio Nobel por simples destaque aquelas personalidades que conseguiram realizar sonhos impossíveis. Na verdade, os cientistas de hoje não podem apelar para as divindades do passado, como no caso do rei Mínos, que consultou os oráculos e os deuses para alcançar seus objetivos. No entanto, nós podemos recorrer a outro tipo de poder simbólico, ou seja, citar os *phdeuses*. Os intelectuais agraciados com o Prêmio Nobel carregam em si um capital cultural que vai além das vidas humanas existentes. Dependendo da forma que se cita essas personalidades da ciência, até em certa medida, pode ser uma

⁷ De acordo com Leijonhufvud (2011), os *Nobéis* que se comprometeram com o *Memorando de Estocolmo* foram: seis intelectuais da área de química: Yuan T. Lee, Paul J. Crutzen, Mario J. Molina, Harold Kroto, Walter Kohn e Peter Agre; cinco da área de física: Carlo Rubbia, Douglas Osheroff, David Gross, Peter Grünberg, Murray Gell-Mann; três da área de fisiologia ou medicina: Werner Arber, Peter Doherty e John Sulston; Também assinou o documento Nadine Gordimer ganhadora do Nobel de Literatura e Muhammad Yunus ganhador do Nobel da Paz; e mais quatro ganhadores na área de ciências econômicas: Douglass North, Jim Mirrlees, Amartya Sen e Elinor Ostrom.

forma de tentar impor um tipo de crença (BOURDIEU, 2001).

É a primeira vez na história da ideia de desenvolvimento econômico que começamos perceber que o futuro pode ser pior do que o passado. Neste sentido, todo o projeto político e econômico é importante, pois ainda não temos a resposta pronta para soluções urgentes. Entretanto, o problema que se coloca é o tipo de projeto, o modelo de vida que tenta impor padronizações ao comportamento humano. Os tipos de programas que fornecem roteiros para modelagem das organizações, dos processos sociais e psicológicos (GEERTZ, 1989). A ciência tem por princípio ético revisar qualquer tipo de conhecimento, colocá-lo a avaliação para renová-lo. As modificações no conhecimento são moralmente aceitáveis quando se apresentarem falsas, portanto, o próprio projeto moderno deve ser revisto. A base das sociedades modernas se constrói com a tentativa da valorização da verdade, que propiciar a justiça social, por conseguinte, todo conhecimento pode ser renovado quando colocado em dúvida. A ideologia/utopia do “desenvolvimento sustentável” revela o preocupante desejo de um projeto homogêneo para a sociedade, o que ao mesmo tempo exclui e tenta esconder a heterogeneidade das formas de pensamento⁸.

⁸ Abramovay se coloca como um dos principais porta-vozes de um projeto político econômico e homogêneo. No próprio prefácio do seu livro lançado em 2012 são apresentadas agradecimentos de algumas personalidades do ambientalismo brasileiro, o jornalista Roberto Smeraldi, diretor da ONG Amigos da Terra Amazônia Brasileira, o economista Sérgio Besserman Vianna, professor da PucRio e assessor da prefeitura do Rio de Janeiro, ex-senadora Marina Silva, o jornalista André Trig, criador e diretor do programa Cidades e Soluções e o advogado e ambientalista Fábio Feldmann, deputado federal eleito para três mandatos (1987-1990, 1991-1994, 1995-1998) que servem para dar legitimidade ao texto de Abramovay. Existem por trás esforços para proteger interesses que vão muito além da salvação da natureza, que envolvem prestígio intelectual, ego pessoal, reconhecimento público e político, instituições públicas e privadas, projetos de financiamentos, fortes grupos empresariais, RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 14, n. 40, abril 2015

Abramovay utiliza vários autores agraciados com o Nobel, especialmente os ganhadores do prêmio de economia, para embasar aos seus argumentos. A história dos agraciados pelo Nobel da Economia mostra a evolução do pensamento econômico, ou seja, os trabalhos dos laureados são os mais diversos: existem aqueles autores que seguem as correntes teóricas da econômica clássica e neoclássicas; os *keynesianos*⁹, alguns mais liberais e outros mais marxistas; há também os autores que seguem uma linha teórica sistêmica, que reflete a economia próxima à química, biologia e a física (fisiocratas); os intelectuais considerados como mercantilistas e também os interdisciplinares (destaque para as conexões com as ciências sociais, história, geografia, linguagem, psicologia e direito). Os principais autores citados por Abramovay são: Friedrich Von Hayek, Milton Friedman, Ronald Coase, Douglass North, Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Daniel Kahneman. Além do agraciado com o Prêmio Nobel da Paz duas vezes, Muhammad Yunus, que criou o microcrédito. O que quero chamar atenção, entre todos os economistas laureados com o Prêmio Nobel, Abramovay escolheu somente algumas dessas personalidades, e optou por destacar Amartya Sen como o principal intelectual para arquitetar a base de sua proposta política e econômica.

Pois bem, vamos analisar os trabalhos e pensamento dos agraciados pelo Nobel citados acima. Para o economista e psicólogo austríaco Friedrich Von Hayek, um dos mais famosos pensadores liberais

consultoria para empresas e partidos políticos. Por traz de um discurso em prol da natureza há muita hipocrisia, pois desvia o foco de atenção dos problemas gerados pelo modelo capitalista de desenvolvimento.

⁹ John Maynard Keynes defendeu “(...) uma política econômica de Estado intervencionista, através da qual os governos usariam medidas fiscais e monetárias para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos - recessão, depressão e booms” (fonte: *Wikipédia*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/John_Maynard_Keynes>. Acesso dia 10 de novembro de 2013.

do século XX, que investigou várias áreas do conhecimento, como direito, ciências políticas, filosofia, psicologia, economia, macroeconomia e economia institucional, o sistema de livre mercado é o único capaz de garantir a liberdade individual, enquanto que o Estado leva a servidão, já que nossas escolhas seriam limitadas. Hayek sempre se opôs declaradamente a qualquer forma de planejamento econômico central, pois uma economia é um sistema demasiado complexo para ser esquematizado por uma instituição. O sistema econômico deveria evoluir espontaneamente por meio do livre mercado. Ele foi agraciado com o Nobel em 1974 pelo trabalho de “flutuações econômicas, moeda, interdependência dos fenômenos econômicos e sociais com os fenômenos institucionais”. Hayek procurou mostrar que a tendência de substituir a “ordem espontânea” por uma ordem deliberadamente criada pelo engenho humano acabava resultando no empobrecimento e na servidão do cidadão. Segundo Hayek, o governo tem um papel a desempenhar na economia através do sistema monetário, regulação de horas de trabalho, criação de instituições para o fluxo de informação adequada, e outros princípios em que a maioria dos membros de uma sociedade livre tenderão a concordar. Quando o planejamento central atinge em áreas em que as pessoas provavelmente não concordem, a tendência é uma ditadura, um tipo de totalitarismo. Na Política, ele propôs uma fórmula constituinte que procura garantir as ideias liberais, com ênfase no conceito de “governo limitado”.

Milton Friedman também é um expoente do pensamento econômico liberal. O economista e matemático foi agraciado com o Nobel em 1976. O trabalho para o qual Friedman foi reconhecido com o prêmio explora os temas: consumo, história monetária e política de estabilização. Para Friedman, a solução para os problemas de uma sociedade é dada por um sistema de liberdade, e a legitimidade do seu argumento se baseia na suposição de que o liberalismo econômico é o único modelo

que pode suportar uma democracia política. Isto é, a economia deve se desvincular da política pois qualquer ação governamental pode resultar em restrição absoluta de qualquer tipo de liberdade democrática. Friedman é um liberal convicto que defendeu a redução das funções do Estado frente ao domínio do mercado livre, o individualismo e a democracia. O Estado tem o papel somente de garantir estabilidade monetária, liberdades econômicas, direitos e direito de propriedade.

Outro economista e matemático também de vertente liberal é Ronald Coase, porém com algumas diferenças em relação a Hayek e Friedman. De acordo com a biografia de Coase, na juventude ele ficou muito obcecado com a ideia de “mão invisível” de Adam Smith, que crê num sistema econômico competitivo coordenado pelo livre sistema de preços (teoria econômica neoclássica). Não satisfeito com essa explicação, Coase buscou novos conceitos, e passou a estudar a fronteira entre economia, direito e organizações para tentar compreender as instituições - as leis, normas e costumes que regem os sistemas econômicos reais. Mas a descoberta de algo novo só ocorreu quando ele realizou uma viagem pelos EUA, quando estudava as indústrias americanas. Ele percebeu que as indústrias foram organizadas de diferentes formas, ou seja, ao contrário do que supunha a teoria econômica na tradição de Adam Smith, que partia da ideia de que o mercado é uma entidade eficiente e auto organizativa, isto é, por exemplo, aqueles que são os melhores na prestação de cada bem ou serviço mais barato sobrevivem na economia. No entanto, Coase observou uma série de custos de transação envolvidos no uso do mercado, por exemplo, que incluem pesquisa e informação, custos de negociação (para manter segredos comerciais), os custos de policiamento e fiscalização podem aumentar o preço de aquisição de algo. Isto sugere que surgirão empresas que podem internalizar a produção de bens e serviços necessários para entregar um produto, evitando assim esses cus-

tos. Ronald Coase foi agraciado com o Nobel em 1991 pela descoberta e esclarecimento do significado de custos de transação e direitos de propriedade para a estrutura institucional e o funcionamento da economia. O Teorema de Coase procura demonstrar a possibilidade de uma solução privada ótima às externalidades, isto é, uma solução sem a intervenção do Estado, que maximiza o bem-estar social. Coase também desenvolveu a Teoria da Firma, que diz que as firmas crescem enquanto for mais barato racionalizar os custos de transação de um determinado produto internamente, do que adquiri-lo diretamente no mercado.

O economista Douglass North continuou a mesma linha de investigação de Ronald Coase, como por exemplo, direitos de propriedade, custos de transação e organização econômica da história, bem como o desenvolvimento em países com economias em crescimento, o que o levou a receber o Nobel por pesquisas na área de história econômica. Douglass North também estava insatisfeito com a teoria econômica neoclássica, pois ela não estava mais à altura da tarefa de explicar o tipo de mudança fundamental que ocorria na sociedade do século XX. Ele chegou à conclusão de que era necessário criar novas ferramentas, o que o levou a buscar novos quadros analíticos capazes de dar origem a uma nova economia institucional. Então ele criou algumas ferramentas que pudessem ser experimentais para aplicá-los a análise da história econômica. Os primeiros quadros analíticos criados se baseavam na teoria econômica neoclássica, o que fez surgir muitos erros. A partir daí que North começou a investigar o que estava dando errado, o que o levou a descobrir que as crenças dos economistas impediam a compreensão das ideias ideológicas e preconceitos que influenciavam na economia. Neste sentido, North foi obrigado reconhecer que o postulado da racionalidade econômica estava equivocada, e ele passou a fazer um longo caminho para o desenvolvimento de um novo quadro analítico que envolvesse

todas as considerações que estavam fora do debate econômico, era uma nova visão capaz de lidar e explicar a fonte subjacente das instituições. O trabalho de North resultou na demonstração de que as ideologias e as ideias determinaram as escolhas das pessoas. Em 1993, North foi reconhecido com o Nobel por aplicar a teoria econômica e métodos quantitativos com o objetivo de compreender as mudanças econômicas e institucionais. Ele vai definir as instituições como "restrições humanamente inventadas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais". As restrições, como descreve North, são concebidas como regras formais, como as constituições, as leis e os direitos de propriedade, mas também existe as restrições informais, como as sanções, os tabus, os costumes, as tradições e os códigos de conduta, que normalmente contribuem para a perpetuação da ordem e segurança dentro de um mercado ou da sociedade. O grau em que as restrições são eficazes está sujeito a diferentes circunstâncias, tais como a força de um governo limitado e coercitivo, a falta de Estado organizado, ou a presença de um forte preceito religioso.

Já o economista Joseph Stiglitz pode ser classificado como a corrente à esquerda do pensamento econômico, pois é um crítico severo e contundente dos fundamentalistas de livre-mercado. Ele foi reconhecido com o Nobel em 2001 por mostrar que a informação assimétrica pode fornecer a chave para compreender muitos fenômenos observados no mercado, o que inclui o desemprego e o racionamento de crédito. Os atores econômicos mal informados acabam buscando informações dos agentes mais esclarecidos, como no caso da seleção praticada pelas companhias de seguro, que dividem seus clientes em classes de riscos, oferecendo um cardápio de contratos onde as franquias maiores podem ser trocadas por descontos substanciais. A verdade é que as economias de mercado se caracterizam por um alto grau de imperfeições e os modelos econômicos mais antigos presumem a existência de informações

perfeitas. Mas mesmo pequenas imperfeições nas informações podem ter grandes consequências econômicas desastrosas. Stiglitz tem permanentemente questionado o que chama de bases ideológicas que regem a maior parte das decisões econômicas mundiais, isso torna-se mais evidente na sua polêmica com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a quem acusa de "empurrar" os países subdesenvolvidos a abrir seus mercados à competição externa sem antes possuírem instituições estáveis e democráticas para proteger seus cidadãos. Stiglitz é um defensor da nacionalização dos bancos americanos.

Na vertente cognitiva, o psicólogo e matemático Daniel Kahneman desenvolveu estudos sobre a vida agradável, preocupado com sentimentos de prazer e dor, de interesse e de tédio, de alegria e tristeza, e de satisfação e insatisfação para entender as circunstâncias desde o biológico ao social, e do sofrimento e do prazer. Kahneman ganhou o Nobel em 2002 pelo trabalho o desenvolvimento da economia experimental e da psicologia na análise de decisões em situações de incerteza. A denominada Teoria do Prospecto é uma abordagem comportamental a qual combina a economia com a ciência cognitiva para explicar o comportamento aparentemente irracional da gestão do risco pelos seres humanos.

Da microeconomia temos o economista Muhammad Yunus que criou o microcrédito. Em 1974, Yunus sofre com a fome quando vivia em Bangladesh, a partir desta experiência, ele sentiu que tinha que fazer algo em favor dos pobres. Então ele decidiu dar empréstimos de longo prazo para as pessoas que queriam começar seus próprios negócios. Esta iniciativa foi estendida em maior escala através *Grameen Bank*. Para Yunus a pobreza significa ser privado de todo o valor humano. Ele considera microcrédito tanto um direito humano quanto um meio eficaz de sair da pobreza. Empréstimo de dinheiro aos pobres em quantidades que lhes convêm é também uma forma de ensinar-lhes alguns princí-

pios financeiros básicos. Impulsionado pela crença de que o crédito é um direito humano fundamental, Yunus passou a ajudar as pessoas pobres a sair da pobreza, pois acredita que todo ser humano possui instintos de sobrevivência e autopreservação. Sendo assim, a forma mais efetiva de ajudar estas pessoas é incentivar o que elas já possuem, o seu instinto. Yunus contribuiu com esforços para criar desenvolvimento econômico e social a partir das classes populares, através do sistema de microcrédito, o *Grameencredit*, que se baseava em alguns objetivos, como promover o crédito como um dos direitos humanos; auxiliar as famílias pobres a superar a pobreza, ceder o empréstimo baseado exclusivamente na confiança, e não no direito ou em algum outro sistema coercitivo. A ideia era que o crédito deveria ser oferecido no intuito de gerar auto empregos, que criem rendas para os pobres, ou ainda para a construção de sua habitação. O *Grameencredit* dá uma ênfase toda especial à "formação do capital humano" e à proteção do meio-ambiente. O sucesso do microcrédito o fez ser reconhecido com o Nobel em 2006.

Por fim, temos o economista indiano Amartya Sen, que dedicou sua vida a desenvolver a economia do bem estar, baseada em justiça social e estudos sobre a fome e desenvolvimento em países subdesenvolvidos. A teoria de John Rawls influenciou bastante as ideias de Sen, mas seu objetivo era ir além, então ele focou no tema do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento para Amartya Sen consiste na eliminação de privações de liberdade. As privações limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão, ou seja, são formas opressões de nossa época e que são responsáveis por restringir a capacidade dos indivíduos de buscar a vida que realmente gostariam de viver. A falta de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode fazer com que uma pessoa fique indefesa na violação de outros tipos de liberdade. Sen recebeu o Nobel em

1998 por contribuir para a economia do bem-estar.

Se pensarmos em combinar os diferentes economistas citados acima, podemos perceber a possibilidade de engendrar uma proposta econômica. De certa forma, Abramovay revela um tipo de sonho, a vontade de arquitetar um projeto político econômico que tenta conciliar dimensões tidas como “opostas”. As bases deste projeto político e econômico tem como princípio os mercados como mecanismos de formação de preços integrados com as estruturas sociais. O sonho de uma possível economia totalmente descentralizada, sem o Estado.

No artigo denominado: *Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais* (2004), Abramovay defende argumentos contra a “*demonização dos mercados*” (as ideias sobre comportamento egoísta, corrosão dos laços de cooperação, degradação da moral, etc.), isto é, a crítica generalizada aos mercados já não faz mais sentido se a realidade concreta mostra que os mecanismos de formação de preços estão integrados as estruturas sociais. Logo, os mercados não são simplesmente mecanismos abstratos, onde ocorre o encontro da oferta e da demanda. Entretanto, se Abramovay estiver correto, então como fica as concepções do tipo *contramovimento* (POLANY, 1980), *contra hegemonia* (PAOLI, 2003) e *mundos hostis* (ZELIZER, 2005)? De fato, tenho que concordar que a realidade concreta mostra que os mecanismos de formação de preços estão integrados as estruturas sociais, mas isso só ocorre por causa dos tipos de pensamento. As representações simbólicas também estão incluídas nesta interação, mesmo elas sendo falsas. Mas, ao contrário de Abramovay, eu defendo a tese de que essas representações, sendo ou não *demoníaca* (ABRAMOVAY, 2004), na verdade são tipos de oposições, como, por exemplo, as ações descritas como *contramovimento* (POLANY, 1980), *contra hegemonia* (PAOLI, 2003) e que podemos descrever como *mundos hostis* (ZELIZER, 2005). As

oposições são responsáveis por um tipo de sociabilidade que cria estabilidade na economia. Isto é, um paradoxo, as ideias abstratas, contra ou a favor da economia neoclássica, influenciam forma de agir. As oposições, principalmente as dos movimentos sociais, acabaram criando uma relação de complementariedade capaz de dar condições para a reprodução da economia capitalista. Este paradoxo ocorre porque o capitalismo avançado não consegue pelo próprio dinamismo se desenvolver de forma adequada. Neste sentido, o princípio, relação mercado e interação social, não nos ajuda se o pensamento é conservador.

Mas Abramovay não para aí, ele vai trabalhar a teoria de Amartya Sen para dar base ao seu projeto político e econômico:

Nada mais distante do pensamento de Amartya Sen (2000) do que uma crítica generalizada aos mercados como mecanismo de alocação dos recursos: historicamente, as restrições ao funcionamento dos mercados têm sido meios de garantir privilégios e impedir o exercício de liberdades por parte dos pobres. Os mercados não são entes abstratos, neutros e impessoais que a tradição “engenheira” – em oposição à tradição ética – da ciência econômica quis deles fazer: mas nessa frase não está a demonização generalizada da categoria “mercado”, e sim um convite ao estudo das condições em que os mercados operam e das premissas que podem permitir que eles favoreçam a realização das capacidades dos mais pobres (ABRAMOVAY, 2004).

Não creio na afirmação de que a restrição ao funcionamento dos mercados foi uma forma de garantir privilégios e impedir o exercício da liberdade por parte dos pobres, este argumento é retórico¹⁰, até

¹⁰ Segundo LIMA (2001), Aristóteles define a retórica como a arte de argumentar, que usa os meios da persuasão para convencer. A retórica é o esforço de um tipo de discurso que apresenta interesses do orador para influenciar o receptor. É bom lembrar que, Aristóteles não define a retórica com argumento que se baseiam em premissas falsas, mas não é

porque esta ideia não pode ser acreditada de forma generalizada, pois se assim fosse, a luta dos trabalhadores por meios de ações como a greve não faria sentido. Todavia, o importante no trecho acima e tentar entender um pouco sobre o que Abramovay chama de oposição entre “tradição engenheira” em relação à “tradição ética” na história da disciplina economia, pois isso é um ponto importante do debate em torno de uma suposta nova economia, sendo ela “verde” ou além disto, que priorize um “desenvolvimento Sustentável” de fato, e que tem trazido para o centro das pautas a ética e a moral.

Pois bem, a discussão de hoje sobre ética e moral ficou mais complexa, até porque essas palavras não são tratadas como sinônimas na disciplina de filosofia moral. As terminologias no campo da filosofia são tantas que dependendo do autor ou corrente teórica, ética aparece como comportamento individual, o caráter pessoal, não simplesmente de forma psicológica e inata, mas como virtude adquirida pelo hábito, que faz parte de condutas corretas

de todo verídico. Isto é, existe um esforço de tornar argumentos aparentemente verdadeiros como fatos reais. A estratégia de comunicação parte de recursos lógico-rationais, e também simbólicos, para induzir alguém a aceitar uma justificativa, uma ideia, uma atitude, uma ação, etc. Quem quer convencer age de forma eficaz para mostrar eloquência e busca agradar usando uma comunicação convincente. Além disso, é importante ter em mente que o bom ou mau uso da retórica depende única e exclusivamente da “ética”, ou seja, deve-se priorizar valores morais. A retórica como arte, não deixa de ser literária, pois constrói um imaginário poético, uma faculdade especulativa. As categorias de provas técnicas e não técnicas se transformam em apelos para a persuasão. Portanto, a metáfora também tem papel importante na construção dos “fatos”. A retórica possui quatro partes básicas: 1) invenção: um assunto que será tratado a partir de argumentos relativos ao tema do seu discurso; 2) disposição: a organização das ideias; 3) elocução: o texto escrita; 4) ação: a exposição dos argumentos a fim de nortear condutas. Além disto, a retórica possui três fundamentos que devem se combinar: arte, ética e orientação das paixões humanas. A persuasão é a forma de aconselhar pela exploração do emocional.

de determinados sujeitos em sociedade, e a moral seria a regra social, normativa. Em outros casos, a moral é objeto de estudo da ética, dimensão racional da disciplina filosófica que produz conhecimento teórico para explicar as doutrinas existentes, conjunto de princípios, normas, preceitos e valores, mas que quando esclarecidos podem ser aplicados na realidade concreta. Contudo, a distinção mais consensual atualmente no campo científico é a de que a ética estaria no plano dos fundamentos (quase uma lei universal) enquanto que a moral é uma dimensão relativa. A ética é o resultado de uma reflexão sobre uma dimensão universal do comportamento. A moral é aquele conteúdo particular, sobre o que é bom ou mal, passível de variações pelo contexto social, pela cultura e pelos desdobramentos históricos (GUILHEM e FIGUEIREDO, 2008). As discussões sobre “tradição engenheira” em oposição à “tradição ética” na história da disciplina economia têm a ver com essa separação entre a ética e a moral, pelo menos no plano da representação. Parece que Adam Smith foi o principal responsável por esse divórcio da ética e da moral na economia, influenciado pelos intelectuais iluministas, principalmente os pensadores que defendiam o domínio da razão sobre o credo religioso. No trabalho *Teoria dos Sentimentos Morais* (2002), Adam Smith teria dado a base para um tipo de “separação” entre economia e política, e entre filosofia moral do social. Basicamente, o projeto de Adam Smith se resumia em um sistema lógico autônomo e livre de um debate público permeado de juízos de valor, dos quais muitos eram de origem religiosa, que defendia um tipo moral contra qualquer interesse pessoal que predominasse sobre o bem comum. Boa parte do pensamento filosófico daquela época defendia a moralidade como uma dimensão intrínseca da humanidade, ou seja, todos nós somos dotados de um sentido ético, que permitiria distinguir o bem do mal. Para Smith (2002), a economia moderna deveria ser regida por uma lógica própria, de preferên-

cia por fundamentos e leis naturais, para ser objetiva. Já a religião e a política são conduzidas por outros princípios. Smith não é contra qualquer tipo de ética, ele está se contrapondo a moral religiosa e o domínio político na vida privada. Para ele, a moral é algo que aprendemos em sociedade, não é inata ou natural, mas também não é resultado de uma mera convenção. Smith vai afirmar que os indivíduos possuem um tipo de autointeresse pessoal que os motiva, que está ligado ao desejo de sobrevivência, um tipo de lei psicológica natural que faz parte do pensamento humano, mas que é moderado pelo comportamento em relação aos outros. Portanto, o que definimos o que é justo ou injusto possui uma dimensão de empatia¹¹, resultado da vida em sociedade. A suposta separação dos campos da política e da religião é na verdade o desejo de liberdade. A busca pelo interesse pessoal virou o fundamento principal para o argumento de que existe uma natureza humana imutável e, neste sentido, a economia tem uma base para defesa de um sistema livre e autogerido, aqui temos a origem da “tradição engenheira”.

Já a “tradição ética”, temos aqui a dimensão da moral, ficou relegada a um peso menor por muito tempo no campo da disciplina economia, não que seja menos importante, mas que o pensamento moderno, como vimos na “tradição engenheira”, deu rumos mais neutros ao desenvolvimento da ciência econômica. Abramovay vai resgatar a dimensão da moral na teoria de Amartya Sen. Na verdade, Amartya Sen já realiza a conciliação da moral com a ética, pois as bases da Teoria da Justiça possui fundamentações filosóficas combinadas

com teses econômicas, principalmente com Aristóteles e Adam Smith.

Segundo Zambam (2009), Amartya Sen constrói sua teoria econômica voltada para o bem estar social a partir da identificação da falta de liberdade econômica que a pobreza extrema produz, além de provocar também outros tipos de privações e opressões na vida de um indivíduo, como por exemplo, os direitos civis. Não é possível para um cidadão gozar da liberdade em contextos limitados de oportunidade e possibilidades de escolha. Uma sociedade só é livre quando todas as barreiras são removidas para que os cidadãos possam agir por sua própria escolha pessoal. Para Amartya Sen, os principais fatores de restrição da liberdade são os baixos salários, a péssima distribuição de renda, a desigualdade social, aumento dos preços dos alimentos e desemprego. A liberdade econômica só é possível em sociedades que garantem o mínimo de serviços públicos e recursos para suprir as necessidades básicas de um cidadão, como cultura, justiça social, saúde, educação, segurança e habitação. Os serviços públicos e os recursos servem principalmente para o desenvolvimento do que Amartya Sen chama de *capabilidades* (tradução próxima: “capacidades”) individuais, muitas delas baseadas nas ideias do filósofo Aristóteles, como características pessoais, respeito próprio, hábitos influenciados pelo contexto social, costumes definidos pela herança cultural, conjunto de oportunidades que possibilitam diferentes escolhas, promoção de múltiplos espaços de ações individuais ou coletivas, alternativas de participação individual que podem influenciar os destinos da sociedade, liberdade para que os indivíduos possam buscar seus objetivos, etc. O desenvolvimento de *capabilidades* individuais é a forma de superar a chamada *liberdade negativa*, àquela situação em que o sujeito é livre, mas não possui os meios para ascensão econômica, além de não possuir amparo institucional governamental. A ideia principal de Sen é promover a *liberdade positiva*, a capacidade concreta

¹¹ Adam Smith não realizou nenhum estudo empírico para comprovar suas teses, todo seu trabalho é um pensamento filosófico. O princípio da Empatia (“se colocar no lugar do outro”) normalmente não é uma ação tão simples, voluntária e espontânea, pois se fosse natural, com certeza, a escravidão nunca teria existido na história. O que se tem de registro de observações é que os grupos humanos tendem a definir sua identidade em oposição a outros, o que coloca a empatia num plano mais particular e recente.

dos sujeitos decidirem o que querem ser, ou fazer alguma coisa.

(...) A estrutura social, incluídos os mecanismos de participação, as instituições, as formas de representação e de exercício do poder, a garantia dos direitos individuais e coletivos, a arquitetura de valores morais, o exercício da liberdade, o sistema de governo, os mecanismos para o gerenciamento do Estado (considerando especialmente o marco legal), o atendimento das necessidades das pessoas, a utilização dos recursos disponíveis, a preocupação com as gerações futuras, entre outros, representa as diferentes formas como as sociedades se organizam para alcançar as suas metas mais importantes (ZAMBAM, 2009).

A arquitetura de uma estrutura baseada em fundamentos éticos e morais, que garanta as liberdades substantivas pelo desenvolvimento das *capabilidades* é o que supõe a teoria de Amartya Sen. Assim temos a possibilidade de uma teoria que contemple interesses individuais e coletivos, e que fortalece a democracia no sentido de legitimar o atendimento das necessidades humanas e corrigir os malefícios provocados por um desenvolvimento econômico, que historicamente foi calcado no progresso com base em crescimento produtivo de bens de consumo, aprimoramento tecnológico como meio de sobrevivência diante da competição, intervenção na natureza que priorize a melhoria de condições de bem-estar e que distancie reflexão ética e moral. Tanto Zambam (2009) quanto Abramovay (2012) creem e apostam neste projeto político como forma de aperfeiçoamento de uma sociedade capitalista e democrática.

Entretanto, o trabalho de Amartya Sen pode ser definido como um tipo de paradoxo liberal. A concepção de justiça como um valor pressupõe que a liberdade só será alcançada quando for arquitetado um sistema de orientação baseada em parâmetros éticos e morais de enfrentamento das desigualdades. Na verdade, a teoria está falando da promoção da igualdade como condição para manutenção de uma ideia de organização socioeconômica, in-

dependentemente do período histórico que se encontra a humanidade. O mercado na teoria de Amartya Sen perde a função de autonomia para produção de bem-estar e passa a existir com a finalidade de oferecer oportunidades sociais para o desenvolvimento de *capabilidades*, isto é, o mercado é fim e não mais o meio.

Para Mendonça (2012), A teoria de Amartya Sen possui muitos problemas. Isto foi verificado nos programas inseridos pelos organismos internacionais, que não foram capazes solucionar os problemas do desemprego, da pobreza e da exclusão social. A hipótese mais provável para explicar os porquês da ineficiência das políticas adotadas está relacionada aos princípios básicos advindos da teoria de Sen, que não consideram as causas dos problemas sociais vinculados à dinâmica do próprio capitalismo. Ao desconsiderar o conflito de classes, do qual influencia na distribuição de riquezas, se perde uma das expressões mais importantes para equacionar o problema da pobreza. Um ponto importante que Mendonça chama atenção no trabalho de Sen é para a falta de argumentos sobre os problemas de concentração de renda em benefício de uma minoria. Parece que isto não está em questão.

A combinação de fundamento ético, que estrutura a engenharia econômica, com a moral relativa, dos valores, entra em choque. Não que a moral não consiga dar conta dos problemas, mas a base ética está equivocada.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse pro-

cesso está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, em longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o autointeresse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de tal interesse. Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto. O homem pode ser tão bom ou mau, sociável ou insociável, avaro ou generoso a respeito de um conjunto de valores como a respeito de outro. Na verdade, não permitir a ninguém ter motivos de ciúme é um princípio aceito da distribuição cerimonial, da mesma forma como é importante elogiar publicamente um hortelão diligente, habilidoso e bem-sucedido (a menos que ele seja demasiado bem-sucedido, em cujo caso pode-se

permitir que ele defina sob a ilusão de ser vítima de magia negra). As paixões humanas, boas ou más, são apenas dirigidas para finalidades não econômicas. A exibição cerimonial só serve para incentivar a emulação até o máximo possível, e o costume do trabalho comunal tende a elevar ao máximo ambos os padrões, quantitativo e qualitativo. A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, embora não necessariamente, pelos mesmos indivíduos - um procedimento articulado minuciosamente e perfeitamente salvaguardado por complicados métodos de publicidade, através dos ritos mágicos e do estabelecimento de "dualidades" nas quais os grupos estão unidos por obrigações mútuas deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social (POLANYI, 1980, p. 65).

Mesmo com as contribuições de Amartya Sen, principalmente as que conciliam ética e moral, sua teoria carece muito em relação ao enfrentamento dos problemas concretos. A ligação entre liberdade individual e realização do desenvolvimento social de forma descentralizada das formas de governo, principalmente o argumento de autonomia perante ao Estado, se torna ingênua. As instituições governamentais acabam servindo para a manutenção da economia capitalista quando o Estado aparece na teoria de Sen. Uma verdadeira discussão sobre a emergência de uma nova economia deve em primeiro lugar fazer uma revisão dos princípios que regem a economia capitalista. Uma discussão que possibilite uma inversão na lógica entre fundamento ético e moral relativa.

Arquitetar um projeto econômico e político que contemple a liberdade e igualdade com certeza é um desafio. Esses tipos de projetos normalmente revelam mais o desejo de *como o mundo deveria ser*, do que de fato ser possível ocorrer de forma pura e concreta. Por exemplo, Bevilaqua (2002) buscou entender essa relação entre liberdade e igualdade no mercado. A an-

tropóloga observou e registrou durante quatro anos, na cidade de Curitiba, as reclamações e conciliações entre consumidores e fornecedores no Procon (Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor), e os resultados do estudo afirmam que é ilusória a crença advinda do pensamento iluminista da igualdade e da liberdade em relações econômicas. O que prevalece é a relação hierárquica com a imposição da lei (o império da lei define os direitos e os deveres). A autora demonstra a tese de que no mercado de consumo existe a pessoalidade, o laço social, e também temporalidade, uma relação histórica estabelecida. A hipótese é que os conflitos que surgem nos mercados entre consumidores e fornecedores são de lógica qualitativa, pois os interesses não residem propriamente nos objetos materiais envolvidos, mas sim na definição e no reconhecimento de seus protagonistas. O conflito não se dá aos atributos intrínsecos dos bens trocados, por exemplo, defeito técnico ou atraso na entrega, mas no rompimento das premissas do que haviam possibilitado a troca, isto é, a confiança. Portanto, nenhuma relação se traduz ao conteúdo material de fato, mas sim pessoal. A qualidade moral é uma questão de honra. A pesquisadora refuta a tese do autor Albert O. Hirschman, e seu trabalho: *Voz, Saída e Lealdade*, pois é difícil sair da relação que não é puramente material. Bevilacqua entende que o melhor recurso para interpretação das relações no Procon é a junção entre *Dom* e guerra, ou seja, um complemento a outro. Ela recorre aos autores Marcel Mauss e Lévi-Strauss para dizer que a troca mercantil é ao mesmo tempo uma troca dispersa - dar, receber e retribuir - e uma troca sintética - com necessidades inconscientes de origem das estruturas do pensamento humano que cria vínculos. Para Marcel Mauss a economia faz parte de uma organização holística em que questões morais, estéticas, religiosas, jurídicas e familiares estão juntas, um todo, e não partes separadas, neste sentido, é uma visão totalmente contra as concepções atomistas da teoria econômica que dá ênfase

ao individualismo. A teoria de Marcel Mauss não está ultrapassada, a dádiva, troca de dons - dar, receber e retribuir - faz parte dos mercados de consumo, isto é, as relações impessoais são fundamentais nas trocas econômicas. O *Dom* pode ser encontrado no coração do mercado. Já em Lévi-Strauss é revisado a dimensão da guerra para a ordem social, a manutenção da cultura. A guerra e o comércio não podem ser estudados separadamente porque constituem dois aspectos de um mesmo processo social. As trocas comerciais seriam guerras potenciais pacificamente resolvidas, enquanto as guerras seriam as consequências de transações infelizes. Com o problema não solucionado, o consumidor busca o Estado para apaziguar os conflitos em torno de questões de reconhecimento moral e como mediador da questão econômica. O que prevalece é a relação hierárquica com a imposição da lei (o império da lei define os direitos e os deveres). O consumidor ao ingressar no âmbito do Estado acaba perdendo a possibilidade de novas transações pacíficas com o fornecedor, e assim criando uma posição assimétrica. Existe um ganho potencial do consumidor e uma dupla perda do fornecedor. A lei protege o consumidor e o fornecedor prescreve os deveres. O fornecedor perde diante do consumidor e da superioridade do agente estatal. O tratamento é desigual, mas a lógica também pode se inverter, pois o consumidor pode estar errado, ou ele pode ser um fornecedor. Ao buscar o agente estatal, o consumidor redefine a pessoa humana e a cidadania, legitimando o espaço público, portanto, não é só por dinheiro, a solução do problema também passa pela dor pessoal e pela justiça reparativa (perdas e danos). A realidade se estrutura não pela liberdade e igualdade, mas pela hierarquia e holismo, portanto, voltamos a moral relativa, e a revelação de que o fundamento ético é nada menos do que mais uma representação, logo é passível de equívocos.

A preocupação que deve ser colocada em pauta não é a preferência em pro-

jetos de liberdade e igualdade em contraposição a relações hierárquicas e holísticas, mas como construir uma economia pensada com base em uma ética voltada para um ser social e emocional, combinada com uma moral relativa que deva garantir a possibilidade de ações “individuais”. Portanto, o labirinto nos coloca numa encruzilhada, ruptura ou resistência? Ser ou não ser?

Ser ou não Ser? Eis a questão

Para aqueles que tiveram a oportunidade de usufruir da leitura da história de Hamlet, escrita entre 1599 e 1601 pelo inglês William Shakespeare, sabem que esta obra desperta sensações bem específicas em nosso espírito, independente da época que é lida. Uma dessas sensações que é importante destacar neste artigo é o *estado de choque*, provocado por uma paralisia emocional quando geralmente nos deparamos diante de um dilema, *um tipo de encruzilhada*. Essa sensação de *paralisia* nos ajuda a pensar sobre a conjuntura atual que vivemos.

A história de Hamlet (SHAKESPEARE, 1955) não trata propriamente de uma paralisia provocada pelo medo. O célebre texto de Shakespeare conta o drama do príncipe Hamlet, principal personagem de uma história de ficção sobre o Reino da Dinamarca, que envolve traição e vingança. O enredo principal da história começa quando Hamlet descobre que seu pai foi assassinado pelo tio, que tinha o desejo de tomar o lugar do rei e ficar com a mulher do irmão. Mas Shakespeare não escreve uma simples história sobre ambição e inveja, o autor inclui experiências sobrenaturais que dão um desenrolar sombrio a tragédia. Isto é, quem revela o crime é o próprio fantasma do rei assassinado, que pede a Hamlet uma vingança. Essa experiência fantástica vai atormentar Hamlet e o colocar num dilema de difícil resolução, ou seja, continuar na fantasia da aristocracia, que vive de mentiras, ou encarar os fatos e começar a agir contra eles. “Ser ou não ser?” O dilema que coloca o

personagem na difícil decisão de escolher entre confrontar a verdade e decidir mudar radicalmente, como se fossemos capazes de nascer novamente, como outro homem, ou então permanecer como estamos, conservando o *status quo*. Ruptura ou resistência? Isso leva Hamlet a um tipo de crise existencial, provocada quando ele percebe que suas convicções não correspondem com a realidade de fato e que seu mundo não é tão maravilhoso. A realidade que o cercava Hamlet era dura e sofrida. A verdade é um *choque* arrepiante revelado pela loucura, um pesadelo. Shakespeare brilhantemente apresenta o dilema próprio do período da Renascença.

A Renascença foi uma época de plena ascensão de uma nova geração de intelectuais críticos sobre a condição humana, caracterizado principalmente por uma época de transformações culturais, sociais, políticas e econômicas. Mais do que propriamente descrever mudanças de uma época, os escritores do período renascentista buscaram inovar a literatura a partir de narrativas que refletissem os dilemas próprios de suas sociedades e da mentalidade de seus membros. A tragédia de Hamlet é uma obra típica da ruptura de pensamento daquela época, mas não é a única, já vimos *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha* de Miguel de Cervantes (1605 e 1615). De certa forma essas obras estão conectadas por temas muito parecidos, a insanidade em momentos de incertezas, o drama da consciência, ou o pensamento diante de uma encruzilhada. Hamlet e Dom Quixote são produtos de um exercício criativo de autores que conseguem combinar a totalidade da vida numa descrição de ficção. Nas duas obras é possível perceber a narrativa binária, a dualidade, a oposição entre razão e emoção. William Shakespeare e Miguel de Cervantes usam a dualidade para contextualizar um tipo de universo, em que tudo que parece uma coisa é na verdade outra, ou seja, fantasia com realidade, loucura simulada ou insanidade de fato, verdade ou mentira, autenticidade ou encenação, são oposições

que estruturam uma história dentro da história, contendo uma moral assustadora: *o mundo perfeito é uma mentira*. Neste sentido, a reflexão pode acabar se sobrepondo a ação e o resultado disto pode ser a loucura ou a paralisia. De certa forma Shakespeare quer passar uma mensagem muito semelhante a de Cervantes, isto é, a moral de que só poderemos viver uma vida plena, consciente de quem somos, por termos escolhido o que somos, se formos capazes de encarar a verdade, por mais assustadora e fantasmagórica que seja. Quem Hamlet deveria ser? O louco ou o príncipe? Este é o dilema do homem e da cultura diante de um mundo em transição. A conhecida frase “ser ou não ser?” dita por Hamlet também pode ser feita da seguinte maneira: como viver a vida? Segundo o dramaturgo inglês, somente quem consegue enxergar além da visão limitada encontra o sentido para a vida, mesmo quando o final não seja tão feliz.

Independentemente das teses defendidas nos trabalhos *Mercados Verdes* (2011) e *Muito Além da Economia Verde* (2012), uma coisa é certa: “*existe algo de podre no reino da Dinamarca*”. Esta frase famosa de Shakespeare dá ideia da assombração que ronda e perturba os economistas neste momento da história, ou seja, *a economia não se comporta como se acredita*. A disciplina econômica está numa encruzilhada: continuar enxergando a vida de forma limitada (o habitual exercício de reduzir ou simplificar a realidade para torná-la analítica) ou enfrentar a verdade, admitir que seus pressupostos teóricos não dão mais conta da realidade (não adianta mais tentar fazer com que a realidade se encaixe na explicação teórica). A loucura pode ser a uma saída?

Na obra de Shakespeare (1955), o desfecho final é trágico, todos os personagens envolvidos no drama morrem envenenados, nem mesmo Hamlet escapa, na verdade eles acabam matando-se uns aos outros. Parece que o escritor estava se referindo ao resultado de nossas escolhas, deste modo, mais do que o final trágico, o

importante é saber qual a decisão tomaremos. Entretanto, podemos afirmar que nem sempre a loucura é uma escolha, um bom exemplo que pode ser citado é a vida do economista John Nash, responsável pelo avanço da Teoria dos Jogos e o famoso Dilema do Prisioneiro. A vida de Nash nos mostra que mesmo que não tenhamos o domínio sobre a loucura, talvez ela possa nos ensinar algo pela experiência. O momento em que foi diagnosticado como esquizofrênico com certeza foi o episódio que mais marcou a vida de John Nash (NASH, 2013). A doença foi um pesadelo na sua vida, mas a paranoia de certa forma o fez mudar muitas de suas convicções sobre a razão. O próprio John Nash declara em seu discurso na cerimônia do Prêmio Nobel, que depois do seu retorno do “mundo dos sonhos”, percebeu que a ciência possui muitas crenças fixas que podem ser falsas, com excesso de imaginação, uma linguagem irrealista, isto é, de percepção aparentemente verdadeira de algo não realmente presente. De certa forma, a loucura o fez enxergar melhor as imposições da racionalidade, e isto o fez mudar sua forma de pensar, e foi o momento que ele decidiu sair deste labirinto. Nash viu que a saída era o *pensamento delirante*, só essa forma de pensar é capaz de nos tirar de circunstâncias convencionais aceitas como normais. O próprio Nash afirma que não poderia ter boas ideias científicas se tivesse pensado pelo padrão normal. E foi a partir daí que ele considera que tenha começado elaborar pesquisas matemáticas respeitáveis. A racionalidade do pensamento impõe um limite no conceito de sua relação com o cosmos de uma pessoa. Nash sugeriu hipóteses sobre doença mental. Ele comparou a não pensar em uma maneira aceitável, ou de ser “louco” e não caber em uma função social de costume, para estar “em greve” a partir de um ponto de vista econômico. Ele avançou em estudos sobre psicologia evolutiva, principalmente em pontos de vista sobre o valor da diversidade humana e os benefícios potenciais de comportamentos ou funções aparentemente

fora do padrão. Para Nash, o rumo é abrir a mão de algo e colocar a razão em dúvida.

A ideia de John Nash, aquela que diz que temos que abandonar as antigas crenças preconcebidas, pode ser mais útil do que aderir a uma nova arquitetura que serve de manutenção do capitalismo. A vida de John Nash é inspiradora no sentido de tentar compreender a contribuição que o *pensamento delirante* pode ter no campo científico, entre o *pensamento moderno* e o *pensamento sustentável*, ou entre aquilo que achamos que é racional e o que ainda não compreendemos plenamente, como as emoções. Com certeza é pelo *pensamento delirante* que podemos falar de economia verde, do conhecimento, da criatividade, da felicidade, da ecológica, etc. ou talvez afirmar a construção de uma economia dos sonhos.

A antropologia tem um papel epistêmico fundamental neste processo de compreensão do campo econômico e no entendimento das ideias dos “cientistas malucos”. Mas, se o *pensamento é delirante*, então qual é o método? No início eu afirmei que existe a possibilidade de um paradigma emergente, e com certeza ele não nasce de forma direta dos projetos de “desenvolvimento sustentável”, “economia verde” e “além da economia verde”. O paradigma que defendo surge entre as dúvidas da modernidade tardia e as soluções que a ciência atual tenta criar. Esta loucura faz com que os intelectuais de época assumam uma postura de fé, como “crença religiosa”, um discurso dotado de esperança no futuro, algo quase *messiânico*. O que não é nada de novo, os “céticos” do campo científicos sempre estiveram numa fronteira tênue entre o credo e a verdade. E para romper com essa fronteira os cientistas foram muito mais artistas, do que homens puramente racionais.

Artistas no sentido de dotados de uma sensibilidade que emana do espírito, portanto, a razão nada mais é do que a própria emoção disfarçada de lógica. Neste sentido, só um paradigma é admitido, o que alia crença/fé, arte e ciência, um tipo

de “trindade”, algo que persiste e que é muito mais antigo do que a modernidade. Eu chamo de “trindade” porque é como a ideia cristã, que professa o messias como o ser que é ao mesmo tempo *pai, filho e espírito santo*, isto é, a analogia aqui é para é para dizer que o antigo paradigma é esperança, arte e ciência. O antigo paradigma, que combina crença/fé, arte e ciência na interpretação, pode ser capaz de juntar aquilo que seria de difícil conciliação no labirinto do paradigma moderno: corpo e mente, razão e emoção, capacidade sensorial e especulação filosófica, ideias e fatos, representação e sociabilidade, intelecto e imaginação, criatividade e conservadorismo, pensar e sentir, consciente e subconsciente, raciocínio e sensibilidade, sonhos e realidade, etc. para apreender uma realidade paradoxal.

Conclusão

O personagem Dom Quixote de Miguel de Cervantes lutava contra os gigantes porque acreditava que eles representavam perigo. Já o *espírito quixotesco da sustentabilidade*, ao contrário, acredita que os “gigantes” podem ser usados para o nosso bem. O que é sonho e o que realidade? Parece que somente o *pensamento delirante* é capaz de nos tirar deste *labirinto de espelhos*. A loucura é a única capaz de explorar a margem tênue entre aquilo que ainda não compreendemos plenamente, as emoções, e aquilo que achamos que é racional. Em suma, cabe à antropologia produzir interpretações das representações da disciplina econômica, buscando compreender o que os economistas acham que estão fazendo.

Referências

ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v.16, n.2, p.35-64, nov. 2004.

ABRAMOVAY, R. *Para além a economia verde*. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar 1994.

- BEVILAQUA, Cimea. Notas sobre a forma e a razão dos conflitos no mercado de consumo. *Sociedade e Estado* XVI (1/2). Brasília: UnS/Departamento de Sociologia, 2002. Disponível em: <<http://www.n-a-u.or.inolascbevilaua1.html>>. Acessado dia 10 de junho de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- LATOUR, Bruno. Um coletivo de humanos e não-humanos: No Labirinto de Dédalos. In: _____. *A esperança de Pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: EDUSC, cap. 6, pp. 201-246, 2001.
- CALLON, Michael. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. IN: PARENTE, A. (Org.) *A trama da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- CALLON, M., LAW, J., RIP, A. *Mapping the Dynamics of Science and Technology: Sociology of Science in the Real World*. London, Mac Millan. 1986.
- CANAVAGGIO, Jean. *Biografia de don Miguel de Cervantes Saavedra: Cervantes en su vivir. IES Adaja, Departamento de Dibujo, Proyecto Marte II*, 2005. Disponível em: <<http://www.tindon.org/adaja/quijote1/biografia.pdf>>. Acessado dia 12 de fevereiro de 2014.
- CERVANTES, Miguel de. *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. Edição eBooksBrasil. Vol. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.com>>. Acessado dia 20 de junho de 2011.
- CONNOLLY, Kevin. *Primavera Árabe: Dez consequências que ninguém conseguiu prever. Correspondente da BBC no Oriente Médio*. Disponível: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg.shtml>. Atualizado em 13 de dezembro, 2013.
- DINIZ, Eli. *Crise, Reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. *Contemporaneidade e Educação*. Ano VI, nº 9, 1º sem/2001b, p. 26-55.
- FRANCHINI A. S. & SEGANFREDO, Carmen. *As 100 melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*. 9 ed. Porto Alegre :L&PM, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1989.
- GUILHEM, Dirce; FIGUEIREDO, Antônio Macena. Ética e moral. *INTERthesis*, v. 5, p. 29-46, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/5792/10868>>. Acesso em: 26 nov. 2009.
- LEIJONHUFVUD, Christina (coord.) *El memorando de Estocolmo: Inclinando la Balanza hacia la Sostenibilidad. 3rd Nobel Laureates Symposium on Global Sustainability: transforming the word in an Era of Global Chance, Stockholm, Sweden, May16-19, 2011*. Disponível em: < http://globalsymposium2011.org/wp-content/uploads/2011/09/Final_sthlm_memo_ES.pdf>. Acessado outubro de 2013.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O mito e o significado*. Lisboa: 1970.
- LIMA, Marcos Aurélio. *A retórica em Aristóteles: da orientação das paixões ao aprimoramento da eupraxia*. Natal: IFRN, 2001.
- MENDONÇA, Luiz J. V. P. de. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 65 - 73, jan./jul. 2012.
- NASH, John F. *Biographical*. Disponível em: <http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1994/nash-bio.html>. Acessado dia 15 de junho de 2013.
- PAOLI, Maria Célia. Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 373-418.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens de nossa época*. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- REZENDE, Cláudia B.; COELHO, Maria C. *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ROTTERDAM, Erasmo. *Elogio da Loucura*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHAKESPEARE, William. *A tragédia de Hamlet: príncipe da Dinamarca*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ZAMBAM, Neuro José. *A teoria da justiça de Amartya Sen: liberdade e desenvolvimento*

sustentável. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em filosofia, na FFCH, PUCRS. Porto alegre: 2009

ZELIZER, Viviana. *Intimité et économie*. 45. Set. 2005. p. 13-28. *L'Argent en famille*. Terrain.

Abstract: This text aims to analyze the ideas for a new economic architecture that combines ethics, society and nature, a proposal that is presented in the book *Muito Além da Economia Verde*, Ricardo Abramovay. The Rio + 20 ended with not very satisfactory results for those who believe in a better world. The feeling with the conclusions of the event can be compared like being inside a maze, a place where the paths always lead us to a dead end, lost no concept where to go, maddening trap. But hopes to live an impossible dream has not ended, and in trying to find possible answers to tomorrow, our mission is to contribute to the debate by analyzing the outputs from the maze of possibilities. **Keywords:** markets, green economy, nobel prize, sustainability, madness.

